


O POVO É O PRESIDENTE

A novembro de 1979 em Florianópolis



Comunicação Social/Jornalismo

Luis Felipe Miguel

Orientadora: profa. Sônia Maluf

Pelas janelas do Palácio Cruz e Sousa, o velho casarão cor de rosa onde então funcionava a sede do executivo catarinense, os assessores do governador Jorge Bornhausen e os deputados estaduais arenistas olham preocupados para a multidão aglomerada do lado de fora. São três ou quatro mil pessoas; entre elas, sabem os palacianos, está um grupo de estudantes que preparara um ato de protesto.

Era a primeira visita do presidente João Figueiredo a Santa Catarina e tudo tinha que correr bem. Os assessores não se cansam de observar. Está tudo direito, a praça defronte ao palácio bonita, toda enfeitada de faixas saudando o Presidente: "João, meu amigo de fé, meu irmão camarada".

Alguns arenistas acalmam os mais nervosos. Não iria ocorrer nenhum problema, toda a visita fora programada nos seus mínimos detalhes. Alguém avisa que o Presidente está chegando. O pessoal do palácio corre para as sacadas, está lá, o Figueiredo, ao lado de Bornhausen, passando em revista as tropas da PM. Os soldados todos garbosos, em trajes de gala.

Na porta do palácio, o Governador puxa o Presidente pela manga, mostra a ele dois típicos representantes da

cultura local: uma rendeira e um oleiro. O Presidente sorri, cumprimenta os dois trabalhadores, ganha uma toalha de renda de presente. Essa certamente vai decorar uma mesinha de centro da dona Dulce, imaginam os palacianos.

Lá no canto da praça abrem-se algumas faixas que não estavam programadas, é o tal protesto. Mas os palacianos já não se preocupam mais. Várias pessoas aplaudem e eles acotovela-se perto da porta do palácio para cumprimentar o Presidente. No hall, Figueiredo abraça longamente um militar, aperta as mãos e distribui sorrisos para os outros. Logo sobe para o salão nobre, sempre acompanhado por Bornhausen e seguido por sua comitiva.

O Presidente elogia a beleza do palácio. Ainda deve assistir ao desfile de três bandas de música antes de iniciar a assinatura dos convênios. Figueiredo conversa com Bornhausen, pelo visto conta piadas, pois o Governador sorri várias vezes. Das janelas, alguns palacianos atentam para a polícia, que procura retirar as faixas do pequeno grupo que protesta.

Passam as bandas. Da rua, escuta-se um barulho. Parece que há alguma agitação na praça. Os palacianos procuram ver o quê, correm às janelas, para observar a multidão. Mas não são mais os aplausos, é o protesto.

O presidente João Figueiredo já havia completado oito meses de poder e parecia ter esquecido Santa Catarina. Em seu périplo triunfal pelo Brasil, quase todos os Estados já haviam sido aquinhoados com pelo menos uma visita sua. Santa Catarina, não. Ele só tinha estado uma vez, em Lages, ainda durante sua "campanha" à Presidência. Depois de empossado, porém, não voltara.

Figueiredo visitou Lages em julho de 1978. Foi recepcionado por líderes arenistas e pecuaristas. Ele fez um discurso batendo na tecla da dificuldade de metamorfosear um "soldado" - franco mas rude - num "político" - polido mas falso. "Precisamos ir aos rincões mais longínquos desta terra para fazer com que à testa de cada rincão esteja aquele homem indicado pelo nosso partido, porque o nosso partido escolhe os mais capazes. Então eu terei a certeza de que ao fim do meu governo eu poderia ter dado alguma coisa a essa terra e que não foi em vão o esforço dos que querem transformar um simples soldado num político", disse Figueiredo.

A esperada visita foi anunciada para o final de novembro. Mais do que simplesmente pisar o solo catarinense, esperava-se que o Presidente chegasse para realizar um sonho barriga-verde: a construção da Siderúrgica do Sul, Sidersul.

Um protocolo já havia sido assinado pelo então presidente Geisel, no final de seu mandato. Figueiredo viria para anunciar que a obra estaria concluída até o ano de 1985.

O Estado tivera que esperar muito tempo pela visita do Presidente. Agora, não poderia perder a oportunidade de recepcioná-lo em grande estilo, com uma festa monumental. O governador Jorge Konder Bornhausen determinou, então, que não se poupassem esforços nem recursos para que Figueiredo pudesse sentir a hospitalidade da gente catarinense.

Enquanto as peças publicitárias iam sendo produzidas, o Governo do Estado e assessores da Presidência da República fechavam o roteiro de Figueiredo em Florianópolis. O general desceria no final da manhã no aeroporto Hercílio Luz, onde se cumpriria a praxe do cumprimento às autoridades. Do aeroporto seguiria diretamente para o palácio Cruz e Sousa, sede do poder executivo estadual, atravessando alguns poucos quilômetros de ruas repletas de faixas alusivas à visita.

No palácio, o Presidente assinaria alguns convênios com o Governo do Estado - e seria aplaudido pela multidão. Mas o ponto alto do programa se iniciaria depois. Figueiredo percorreria um trecho do calçadão da rua Felipe Schimdt, até o tradicional bar Ponto Chic. Todo o percurso, naturalmente, serviria para que o Presidente, cercado apenas por uns poucos seguranças, tivesse aquele contato com o povo, tão ao gosto de seus assessores de comunicação social.

No Ponto Chic, Figueiredo tomaria um cafêzinho - bebida que substituiu a cachacinha de suas primeiras experiências

em bares populares, para evitar alguma associação da figura presidencial com o vício do álcool. Um dos mais promissores assessores do governador Jorge Bornhausen, o secretário dos Transportes Esperidião Amin, deu outra idéia. No Ponto Chic, Figueiredo poderia ser agraciado com um diploma de "senador", ou seja, membro emérito do "Senadinho", uma espécie de clube de desocupados que se reunia em torno do bar.

Já "senador", o Presidente cumpriria a última etapa de sua visita: uma churrascada para três mil pessoas, num município vizinho à Capital. Terminado o almoço, Figueiredo seguiria para o aeroporto, despedindo-se de Santa Catarina.

A visita seria um sucesso. Bornhausen contava com o gigantesco esquema de marketing que sua Secretaria de Comunicação Social havia montado. A crise econômica se agudizava rapidamente, mas o governo não se preocupava com gastos. O mote da campanha promocional foi "João, o presidente da conciliação". Com este slogan, pretendiam juntar as duas linhas mestras da imagem que o ministro da Comunicação Social Saïd Farhat forjava para o general: um presidente-povo (que é chamado pelo primeiro nome) e o presidente da abertura "lenta e gradual" (que promove a conciliação nacional).

A visita estava programada para 30 de novembro. Semanas antes, a cidade já fora inundada de out-doors que reproduziam o slogan governamental. As televisões e rádios não paravam de tocar o "Samba da Conciliação", encomendado

por 100 mil cruzeiros ao compositor Luiz Henrique, figura folclórica de Florianópolis, mais conhecido por ser "o namorado catarinense de Liza Minelli" do que por seus dotes artísticos.

"Presidente João
o povo do Brasil nesta canção
vem lhe pedir humildemente
um minuto de atenção.
O coração brasileiro não se cansa
de ter sempre uma esperança
para a vida melhorar.
Pode contar com a gente
Presidente
a decisão está na sua mão.
Santa Catarina saúda João
o presidente da conciliação".

As faixas de saudação no percurso presidencial foram colocadas de véspera, mas um balão gigantesco onde se lia "João, o presidente da conciliação" foi instalado no aterro da Beira-Mar Norte vários dias antes da visita. O balão, segundo se noticiou na época, custou 57 mil e 400 cruzeiros, o equivalente a 20 salários mínimos.

O mesmo símbolo foi estampado em milhares de camisetas, distribuídas a escolares e funcionários públicos. Naturalmente, as escolas públicas receberam a determinação de enviar as turmas para a recepção ao Presidente. Os funcionários públicos também foram mobilizados. Diversas funcionárias foram requisitadas para servir de recepcionista nas festividades organizadas para o presidente. Eram 600 moças, que dividiram entre si um total de 360 mil cruzeiros.

Uma semana antes da visita, o primeiro presente de Figueiredo era mostrado à cidade. O governador Jorge

Bornhausen inaugurara solenemente na praça XV uma placa doada pelo Presidente, homenageando o patrono da cidade, marechal Floriano Peixoto.

Tudo seria um sucesso. Apenas um pequeno grupo conspirava para tentar empanar o brilho da festa. Desde que foi anunciada a visita, em setembro, o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu convocar a população para um ato de protesto contra o Presidente da República.

A intenção do DCE era pública, mas não consistia em algo que pudesse preocupar os organizadores da visita. Naturalmente, toda a movimentação estudantil foi acompanhada com atenção pelos órgãos de segurança. Porém, manifestações semelhantes haviam ocorrido durante outras visitas a Estados, sempre limitadas a pequenos grupos estudantis. Serviam mais como demonstração da amplitude da abertura promovida pelo presidente Figueiredo - um democrata que aceitava até que estudantes gritassem palavras de ordem contra ele.

O DCE da UFSC, na época, era controlado pelo grupo "Unidade", ligado ao clandestino Partido Comunista Brasileiro - uma corrente considerada "moderada" pelo restante do movimento estudantil. Presidia a entidade o estudante de Direito Adolfo Luiz Dias, um líder independente, de discurso calmo e bem articulado. Mas para a realização do ato foram chamadas todas as tendências

políticas de esquerda da Universidade: inúmeros grupinhos que, reunidos, deviam alcançar cerca de cem militantes.

A liderança estudantil tinha contra si também a data da visita: final de novembro, período de provas e de refluxo na mobilização política na Universidade. Mesmo assim, uma assemblêia geral decidiu pelo ato. Os professores da UFSC, em outra assemblêia, também aprovaram a realização de um protesto. Foi feita uma tentativa de que o movimento se estendesse além dos muros da Universidade, através do contato com associações de moradores. Todavia, o mais importante, no momento, era marcar posição. Mostrar que os estudantes não se omitiam diante da visita presidencial.

O eixo central do ato era a plataforma imediata da esquerda no momento - palavras-de-ordem contra o arrocho salarial e contra a ditadura. A anistia, se bem que não a sonhada, tinha sido concedida meses antes. Com esse espírito, os estudantes passaram a confeccionar suas faixas e a distribuir a convocação para o protesto, um panfleto redigido no estilo tradicional do movimento estudantil. Na véspera da visita, os jornais publicaram entrevista coletiva da direção do DCE, tendo como tema principal o protesto. Na manhã do dia 30, foram distribuídos os dois mil panfletos.

"Hoje, após 15 anos de repressão, o Governo nos presenteia com a visita de seu Chefe, o general João Baptista Figueiredo. Nesses anos todos, o povo pagou com seu suor as mordomias dos caciques governamentais. Pagou com seu suor quando viu a inflação cada vez mais alta e seu salário cada vez mais baixo. Paga com seu suor quando o preço dos gêneros alimentícios aumenta a níveis exorbitantes, fazendo com que as famílias possam apenas sonhar com a comida que os 'homens do governo' esbanjam. Por isso, devemos deixar claro

que, por mais que seja a campanha publicitária que o governo faça para mudar sua fachada, não vai conseguir enganar o povo. Quando o general 'João' afaga com sua mão a cabeça de uma criança, esconde a outra mão que sustenta o fato de hoje existirem milhares e milhares de crianças brasileiras abandonadas e famintas. Apesar do general 'João' achar que 'seu problema não é o povo e sim a nação' ele se esquece que cada aumento de gasolina afeta diretamente os trabalhadores que dependem do transporte como meio de vida. Com isso, torna-se claro que os problemas do povo são diferentes dos problemas do general. Quem viaja de avião a jato e passeia de Galaxie (às custas do povo) nunca vai se preocupar com o preço da gasolina. Igualmente, quem está habituado a receber banquetes de 6 mil talheres, 3000 quilos de carne, 6000 litros de chopp (também às custas do povo) pouco está se importando com o preço de um prato de comida. O povo não se engana mais. Exige melhores condições de vida".

A nota dos estudantes teve o mérito de atingir diretamente o que mais incomodava a população: os gastos excessivos com a recepção ao Presidente, contrastados com a penúria que o arrocho salarial e a alta do custo de vida impunham aos trabalhadores. Um dos aumentos mais notados era justamente o da gasolina. A crise do petróleo tornou rotina a majoração no preço dos combustíveis - o que se refletia não apenas na passagem de ônibus, mas em todos os produtos, que eram reajustados em função do aumento dos gastos com transporte.

O desgaste da ditadura superava toda a encenação publicitária montada pelos seus assessores de comunicação. A tentativa de transformar o carrancudo ex-chefe do SNI num presidente bonachão podia empolgar os sócios do regime, em Brasília, mas não era assimilada pela população. Desde o início, Figueiredo tornara-se personagem do anedotário popular. Ele chegou até a tentar colocar a seu favor esta situação, e durante um tempo dedicou-se a contar piadinhas

sobre si próprio. Costumava contar a do "homossexual", o sabão em pó erótico que mandaria retirar do mercado. Mas as verdadeiras anedotas contadas pelo povo eram suas frases reais, sua predileção pelo cheiro de cavalo ou a sugestão dada aos assalariados: dar um tiro no coco. Era o retrato vivo da decadência do regime, decadência que a população sentia também no "dia seguinte" do milagre econômico.

O leite já havia sido majorado 26,9% no dia 17 de novembro. Era o quarto aumento no ano; no total, o leite havia ficado 90% mais caro. No dia 24, fora anunciado o reajuste da gasolina: 22,6%, que passaria a vigorar na segunda-feira, dia 26. O anúncio gerou protestos imediatos dos taxistas de várias cidades - inclusive Florianópolis. A categoria chegou a fazer greve no Rio, em São Paulo e em Curitiba.

Em Florianópolis, houve uma paralisação simbólica no dia 26. Para piorar a situação, Figueiredo havia concedido um "presente" à cidade: permitiu a abertura dos postos no domingo, dia 25. Neste dia, véspera do aumento, ocorreram conflitos e brigas em postos de gasolina.

Nesta mesma semana - a da visita - o presidente da República anuncia para breve o racionamento do combustível. No mesmo dia, a energia elétrica é aumentada em 55%. E o aumento do custo de vida do mês de outubro, divulgado no final de novembro, é alarmante: 3,98%.

O "batalhão precursor" do Palácio do Planalto observou todo o clima de tensão gerado em Florianópolis pelos

aumentos. Há informações de que chegou a ser cogitada a suspensão da visita; o autor da idéia teria sido o jornalista Marco Antônio Kraemer, secretário de imprensa da Presidência da República. A sugestão evidentemente foi descartada; em verdade, não houve uma preocupação maior das autoridades com a possibilidade de um tumulto.

Ocorreram até negligências na montagem do esquema de segurança. O Exército esteve praticamente ausente; o comandante do Grupamento Leste, general de divisão José Maria de Toledo Camargo, responsável pelo setor, estava acompanhando manobras no Rio Grande do Sul. O general seria discretamente punido por sua falta - mas, afinal, quem iria suspeitar que o Presidente da República pudesse ser agredido em Florianópolis?

As 8 horas e 30 minutos do dia 30 de novembro de 1979, o governador Jorge Konder Bornhausen chegou ao aeroporto Hercílio Luz. Acompanhavam-no o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, prof. Caspar Erich Stemmer, e o arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Afonso Nieuhes. Os três se dirigiram à sala VIP do aeroporto, da qual momentos antes havia sido expulsa uma equipe de TV.

Logo a sala se encheu. Secretários de Estado e deputados da Arena chegavam à todo momento. Boa parte da bancada federal catarinense da Arena estava presente - os deputados Ewaldo Amaral, Angelino Rosa, Ademar Ghisi, Nelson Morro e Pedro Colin, o senador biônico Lenoir Vargas Ferreira. Os deputados Victor Fontana e Arténir Werner viriam com o Presidente, de Brasília. Os dois únicos ausentes eram justamente os deputados João Linhares e Arnaldo Schimdt, que estavam deixando a legenda governista para se integrarem no partido de Tancredo Neves, que tinha então o nome provisório de Partido Independente - PI. O estacionamento do aeroporto se tornara pequeno para tanto movimento, e vários carros foram guinchados para dar lugar a automóveis oficiais e da polícia. Desde cedo, a segurança era grande no aeroporto.

Agentes estavam ostensivamente colocados em todos os lugares e se comunicavam através de microfones dissimulados no pulso. O contato com a população era previsto apenas para fases posteriores da visita: no aeroporto, nenhuma norma de segurança foi ignorada.

Precisamente às 9 horas e 25 minutos pousou o avião presidencial. O general João Figueiredo chegou acompanhado de uma grande comitiva: os ministros da Fazenda, Karlos Rischbieter; da Agricultura, Amauri Stabile; das Minas e Energia, César Cals; dos Transportes, Eliseu Resende; do Gabinete Militar, general Danilo Venturini; o chefe do SNI Octávio Medeiros; dirigentes de órgãos federais como o Inbra e a Caixa Econômica Federal; oito deputados federais - fora seguranças e auxiliares. O ministro do Interior, Mário Andreazza, que chegou a ser confirmado na comitiva, terminou não vindo.

Logo depois dos cumprimentos, a comitiva deixou o aeroporto. A avenida Jorge Lacerda, que liga o aeroporto ao centro da cidade, estava repleta de faixas. Algumas delas faziam referência à Sidersul, "ação verde e amarelo". Uma forma discreta de recordar ao presidente que o governo de Santa Catarina não se considerava satisfeito com o tratamento dado à questão da siderúrgica. Outras exaltavam a figura do Presidente: "João, soldado forte para as grandes batalhas". Dos lados da pista, estudantes de escolas primárias, devidamente uniformizados com camisetas "João, o presidente da conciliação", acenavam bandeirolas e saudavam

Figueiredo. Uma tentativa de "panelaço", organizada por associações de donas-de-casa, não deu bons resultados. Bornhausen deixou escapar um de seus raros sorrisos: a visita estava sendo um êxito.

Enquanto o carro preto do palácio do governo fazia o percurso aeroporto-centro, cerca de 50 estudantes universitários distribuíam na cidade seus panfletos contra a ditadura. Saldos da sede do DCE, a quatro quarteirões da praça XV, dividiram-se em grupos e, caminhando por ruas diferentes, entregavam a nota à população. Boa parte, como sempre, apanhava o papelete com indiferença: muitos não liam, simplesmente amassavam e jogavam fora. Outros recusavam a nota, pensando que se tratava de mais uma peça do gigantesco esquema publicitário governamental; desfeito o equívoco, aceitavam receber o papel. E alguns chegavam a ver com entusiasmo a manifestação anti-Figueiredo. Houve populares que passaram a ajudar na distribuição dos panfletos, se incorporando aos grupos de estudantes.

Antes mesmo da chegada de Figueiredo, uma multidão de três ou quatro mil pessoas já o aguardava na praça XV, na curiosidade de ver o Presidente da República. Os manifestantes do DCE também estavam presentes. O ambiente era tranquilo. Muitos oficiais das três armas circulavam, sem demonstrar maior preocupação com os estudantes reunidos.

Figueiredo chegou ao palácio Cruz e Sousa precisamente às 10 horas. Sempre acompanhado pelo governador Jorge Bornhausen, o Presidente passou em revista a tropa da PM perfilada em sua honra. Figueiredo viu a rendeira e o oleiro e também cumpriu o eterno ritual do beijinho numa criancinha e do aperto nas mãos dos populares mais próximos. Só depois disso o general entrou no palácio.

Neste momento, a manifestação programada pelo DCE eclodiu. Os estudantes e alguns populares que a eles se juntaram durante a distribuição de panfletos estavam concentrados num dos cantos da praça, perto da Catedral. "Abaixo a fome", "Chega de sofrer, o povo quer comer", "Abaixo a exploração, mais arroz e mais feijão" - as palavras-de-ordem começaram a ser escutadas no palácio. As faixas, com dizeres idênticos, foram abertas. Imediatamente, os altofalantes instalados nas janelas do Cruz e Sousa

começaram a executar o "Samba da Conciliação", numa tentativa vã de abafar o protesto.

"Pode contar com a gente
Presidente
a decisão está na sua mão".

Neste momento, os manifestantes não eram mais do que 50 estudantes, agrupados no canto da praça XV mais próximo à Catedral. O resto da multidão fora ver, e eventualmente aplaudir, o Presidente da República. Mas já então interveio a segurança de Figueiredo, que rasgou algumas faixas do DCE. Segundo a versão oficial, estas faixas foram rasgadas por "populares" pró-Figueiredo.

A Polícia Civil passou a fotografar todos os que participavam da manifestação. A PM, em traje de gala, limitou-se a formar um cordão de isolamento, separando os manifestantes do resto da concentração. Procurava deixá-los cercados nas escadarias da Catedral. Mas as palavras de ordem continuam, e ganham a adesão de um ou outro popular.

Três bandas desfilaram sob as janelas do palácio, em exibição ao presidente da República. A PM começou a tentar dividir o grupo de manifestantes. Sob o comando do DCE, eles se separaram para escapar ao cerco policial, reagrupando-se em outro local, mais próximos ao palácio, no meio da multidão. As tentativas de agressão pela PM geraram simpatias pelos estudantes - e o protesto cresceu.

O locutor oficial substituiu o "Samba da Conciliação" nos altofalantes. Passou a ler o termo dos convênios assinados entre o Governo do Estado e a União. Mas o

protesto ganhava corpo na multidão. Aos estudantes juntaram-se logo alguns motoristas de táxi, do tradicional ponto da praça XV, e depois colegiais, office-boys e outros populares.

Dentro do palácio, o clima já estava bastante tenso. A manifestação do DCE, publicamente convocada, já era aguardada. O que não se esperava era a pronta adesão popular ao protesto. Até os colegiais uniformizados para saudar o presidente aderiam às palavras-de-ordem, sob os olhares constrangidos de suas professoras. Enquanto a maior parte da multidão calava, o restante engrossava o coro do protesto.

A PM agora se esforçava para manter os manifestantes distantes do palácio, restritos à calçada da praça XV. Atravessar a rua, jamais. Nas sacadas, que serviam de palanque, membros da comitiva presidencial, dos escalões do governo do Estado e lideranças locais da Arena iam e vinham, apreensivas.

Quando Figueiredo foi pela primeira vez à sacada, a vaia foi grande. Algumas palavras-de-ordem voltaram com mais força. Jorge Bornhausen mostrava-se sisudo. O Presidente tentou sorrir e acenou para o povo. Logo voltou ao interior do Palácio. Seus assessores e o próprio Governador haviam tentado impedir essa ida à sacada, mas o Presidente teimara: queria ver o povo.

A vaia generalizada provocou uma reação violenta da PM, que se esforçou para empurrar os manifestantes para trás da multidão. Quando os altofalantes anunciaram Jorge

Bornhausen, os apupos voltaram com força total. Junto com o Governador, foi à sacada o ministro Karlos Rischbieter, que recebeu a sua porção de vaías com um sorriso de desdém.

De todas as autoridades, Bornhausen talvez fosse a mais tensa. No início de seu discurso, os altofalantes enudeceram. Os responsáveis pela sonorização imediatamente atribuíram o problema a um boicote. Mas em poucos minutos o som voltou - tudo não passara de uma corriqueira falha técnica.

As vaías ininterruptas fizeram com que seu discurso fosse escutado apenas por quem estava perto dele. Enquanto a multidão gritava "É mentira!", o Governador elogiava Figueiredo. "As minorias não compreendem o gesto democrático de Vossa Excelência", discursou.

Encerrada a fala de Bornhausen, o general voltou à sacada, mais uma vez contra o conselho de sua assessoria. Nesta altura, ele já havia cancelado o seu discurso. Sorriu para a multidão, procurando aparentar bom humor, acendeu um cigarro - mas quando as vaías e os gritos recomeçaram, fechou o cenho. Ele e o Governador passaram a observar os manifestantes com atenção. Ao ver um colegial, Figueiredo comentou com Bornhausen: "Olha, tem até um pequenino lá".

Da sacada, o presidente fez um gesto à população: comprimiu o polegar e o indicador, sinal que representa "OK" para os americanos, mas que possui sentido obscuro no Brasil. A assessoria de Figueiredo explicaria depois o significado oficial do gesto. Com ele, o Presidente estaria

tentando demonstrar que era uma "pequena minoria" que gritava as palavras-de-ordem.

A população reunida na praça não entendeu assim. Ao ver o gesto presidencial, reagiu com violência. Aos "Abaixo a ditadura" e "Abaixo Figueiredo, o povo não tem medo" somaram-se refrões mais contundentes e diretos, como "Filho da puta" e o cèlebre "1, 2, 3, 4, 5 mil, que o Figueiredo vã prã puta que o pariu". Em pouco tempo, os slogans populares abafaram por completo as palavras-de-ordem estudantis. E boa parte dos que ainda continuavam apáticos aderiu ao protesto neste momento.

A revolta popular logo fugiu ao controle dos estudantes. A liderança do DCE até tentou, sem sucesso, direcionar o protesto e acalmar a multidão. Procuravam evitar que as ofensas pessoais ao Presidente obscurecessem o caráter "político" da manifestação. Outros, naturalmente, se deixaram levar pelo calor do momento e aderiram ao refrão do "Filho da puta".

"Cavalo, cavalo", repetiam os manifestantes. Alguns, mais exaltados, chegaram a atirar pedras e paus nos policiais e agentes de segurança postados na frente do Palácio. Outros gritavam "Fascista". O presidente fez um último aceno e deixou a sacada.

A PM prosseguia com seu cordão de isolamento. De um lado, os militares eram agredidos com paus, pedras e torrões de barro. Ao mesmo tempo, o pessoal pró-Figueiredo vinha pelo outro lado do cordão de isolamento e atingia os

manifestantes. Entre estes, Adolfo Dias, o presidente do DCE, reconheceu um agente da Policia Civil. Depois de um rápido acordo com outras lideranças - Marize Lippel, Lígia BioVanella, Geraldo Barbosa - foi decidida a formação de um cordão de isolamento dos estudantes, para evitar as provocações. Outros líderes do DCE precisaram ir cuidar do Amilton Alexandre, o "Mosquito", um agitador estudantil que desmaiara e precisava ser reacadado.

Com o acirramento dos ânimos, a PM recebeu a ordem de dispersar. Investiu com força, à base de cassetetes. Com a orientação da segurança de Figueiredo, que indicou quem são os "cabeças", tentam prender Adolfo. O presidente do DCE, no entanto, também possuía a sua "segurança" - o fotógrafo Dario de Almeida Prado, que repartia uma casa com Adolfo e ficara de acompanhá-lo durante toda a manifestação, documentando qualquer tentativa de violência. Mais de dez PM's se uniram na tentativa de prender o presidente do DCE, que conseguiu escapar depois de uma confusão gerada, talvez, por este excesso de policiais.

Os palavrões da multidão ressoavam dentro do Palácio. Figueiredo virou-se para Bornhausen e advertiu:

- Agora, deixo de ser Presidente para ser um cidadão comum. E o senhor que se responsabilize pelo que acontecer em seu Estado.

Na escadaria do palácio, o comandante do V Distrito Naval, vice-almirante Gonçalves Caminha, ainda tentou

segurá-lo. Figueiredo desvencilhou-se bruscamente e alcançou a calçada.

Na rua, foi cercado por sua segurança. Um dos agentes, Lima Vieira, plantou-se na sua frente. O presidente, irritado, empurrou-o para o lado. "Dá licença?", berrava Figueiredo. Atropelando a segurança, ele foi em direção aos manifestantes. Queria "dialogar" com eles. Mas a PM chegou antes e, a golpes de cassetete, empurrou a multidão para dentro da praça.

Na calçada em frente ao palácio, o Presidente concedeu uma curta entrevista ao repórter Walter Souza, da RBS-TV. Lacrimando, ele reafirmou sua posição de "democrata" e demonstrou que, acima de tudo, prezava a honra de sua mãe.

Repórter: "O problema tem que ser enfrentado de perto, Presidente?"

Figueiredo: "A gente admite de tudo. Admite o protesto, admite a divergência, admite até o protesto veemente, mas a ofensa eu não admito. Eles ofenderam os meus brios e eu deixei momentaneamente de ser Presidente para ver se eles eram um povo unido. Povo unido é este que aqui está (e apontou para alguns populares que o cumprimentavam. Indicando os manifestantes, prosseguiu:) Não é aquele pinguinho de gente que está ali. Eles têm o direito de ser comunistas - eu até admito conversar com eles. Agora, o que eu não admito é que eles me ofendam."

Repórter: "Inclusive quando o sr. foi para lá eles fugiram praticamente todos..."

Figueiredo: "Eu só lamento que o povo e os elementos da minha segurança não tenham permitido..."

Repórter: "O sr. gostaria de conversar com eles?"

Figueiredo: "Eu gostaria de perguntar porque é que a minha mãe está em pauta. Eles ofenderam a minha mãe. Porque isso? porque esta baixeza? Se são esses os argumentos que eles têm, ah, podem ir para a Rússia para apresentar estes argumentos. Aqui no meu país, não."

Três anos depois, nas eleições de 1982, o repórter tornou-se candidato a vereador pelo PDS.

Após a atuação da segurança, estava aberto o caminho para o Presidente fazer sua caminhada até o bar Ponto Chic, no calçadão da rua Felipe Schmidt, distante 300 metros do Cruz e Sousa.

A caminhada pelo calçadão era curta, mas nem por isso deixou de ser tensa. Escortado por muitos agentes de segurança, Figueiredo ainda na praça reconheceu um dos estudantes que gritava palavras-de-ordem. "Você não tem razão, não conhece minha mãe", disse, exaltado, o presidente ao manifestante, referindo-se ao refrão "Filho da puta".

Este pequeno incidente foi rapidamente contornado. Figueiredo chegou sem maiores problemas ao Ponto Chic, às custas, decerto, de algumas cotoveladas de seus agentes. No bar, a festa correu mais ou menos como fora programado. Ele bebeu um cafezinho e recebeu o seu diploma de "Amigo do Senadinho".

Os estudantes haviam decidido fazer uma reunião emergencial na sede do DCE, a quatro quarteirões da praça XV. Muitos deles, porém, até por curiosidade, acompanharam o povo até o calçadão. O "Mosquito" acompanhou todo o tumulto de camarote: postou-se no segundo andar de um hotel vizinho ao Ponto Chic. Geraldo Barbosa recebeu voz de prisão enquanto acompanhava os acontecimentos postado numa esquina próxima; mais uma vez, o tumulto impediu a detenção.

Quando Figueiredo ia sair do café, encontrou as portas todas tomadas por algumas centenas de pessoas. O general não escondeu sua preocupação. Tirou um lenço do bolso e enxugou

o suor abundante. Os "Cavalo" e "Filho da puta" eram gritados a três metros dele. Os agentes de segurança passaram a agir com maior rispidez. Socos e pontapés eram desferidos nos manifestantes, que revidaram na mesma medida.

A pancadaria entre populares e a comitiva presidencial se generalizou. Um oficial do Exército levou um tapa e perdeu seu quepe; o chefe do Gabinete Militar foi jogado em cima de televisores que estavam expostos nas lojas Arapuã. O ministro César Cals escorregou numa das floreiras do calçadão e caiu no chão. Ele foi cutucado por um dos cabos de vassoura que sustentavam os cartazes do DCE e que, neste momento, já estavam em mãos dos populares. Reza a lenda que o autor da proeza foi um taxista - mas é impossível comprová-lo. O presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, feriu a mão durante a briga. E o próprio Figueiredo não escapou e recebeu um empurrão.

Em questão de minutos, parte da equipe de segurança conseguiu retirar o Presidente do local, conduzindo-o até o carro oficial, que partiu em alta velocidade. O conflito no calçadão durou mais algum tempo, enquanto o restante da comitiva escapava. Quando os últimos agentes de segurança se retiraram, os populares voltaram à frente do palácio Cruz e Sousa, onde formaram um "corredor polonês" para chutar os últimos carros da comitiva. Depois de todos terem ido embora, os manifestantes se dedicaram a apedrejar as janelas do palácio e a arrancar as faixas e cartazes de saudação a

Figueiredo. Algumas casas comerciais também sofreram com apedrejamento e vandalismo.

Na reunião, realizada no DCE, a liderança do movimento estudantil fez uma rápida avaliação dos conflitos e verificou que não houve nenhuma "baixa". E' decidido que deveriam voltar à rua, para tentar conter a multidão e evitar quebra-quebras como o que ocorrera nas lojas Arapuã.

Eram cerca de três mil pessoas que permaneciam na rua. Um incidente curioso envolveu o vereador arenista Clodoaldo Amaral. Revoltado, o parlamentar chamava os manifestantes de "comunistas". A multidão, no entanto, entendeu seus gritos como um sinal de apoio. Por isso, o vereador foi carregado nos braços do povo por alguns instantes.

Perto do meio-dia, uma nova manifestação surgiu na praça XV. Cerca de 20 professores da Universidade Federal de Santa Catarina fizeram uma pequena passeata, reivindicando melhores salários. Terminaram envolvidos pela multidão, que nessa altura já se dirigia para o aterro da Baía Norte. No aterro, foi destruído o gigantesco balão de gás alusivo à visita presidencial. O balão foi esvaziado e, em seguida, incendiado. Depois, de volta à praça, os manifestantes armaram uma nova fogueira com os restos do balão.

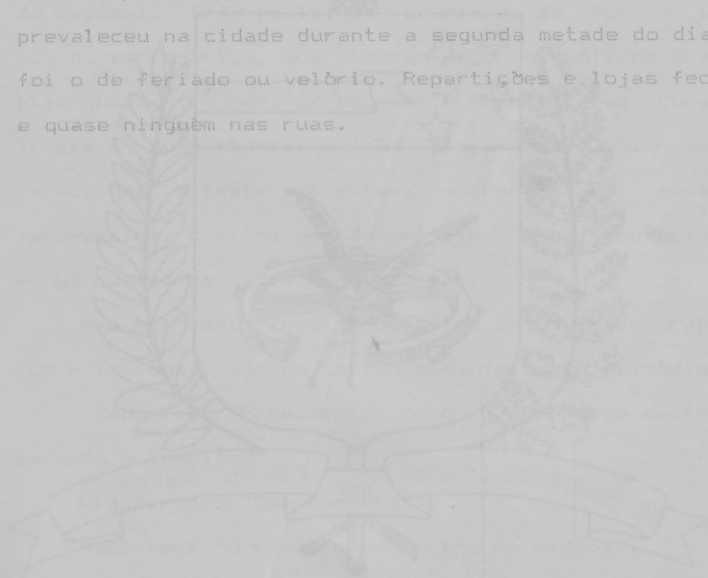
Toda a movimentação popular era acompanhada de perto pela Polícia Militar, que tentava em vão reprimi-la. Um policial arrancou a máquina fotográfica do fotógrafo Ezequiel Tiscoski, do "Jornal de Santa Catarina", que registrava a ação repressiva. Mas os manifestantes exigiram

da PM a devolução do equipamento - e terminaram obedecidos, sob aplausos.

Na praça, a multidão ainda arrancou a placa em homenagem ao marechal Floriano Peixoto, doada por Figueiredo e instalada desde a semana anterior sob a tradicional figueira do centro da praça. Estava gravado na placa: "1889-1979. Homenagem do presidente João Figueiredo a Marechal Floriano Vieira Peixoto no 90o. aniversário da República. Brasília, em 15 de novembro de 1979. João Figueiredo, Presidente da República". A interpretação corrente na ocasião era de que o povo se revoltara contra Floriano Peixoto, responsável pela chacina da fortaleza do Anhatomirim, em 1893, na qual foram fuzilados mais de uma centena de "catarinenses ilustres", monarquistas que se indispunham com o nascente regime republicano. Personalidades importantes da vida cultural catarinense, como o pesquisador Franklin Cascaes, vinham protestando contra a homenagem e pregando a volta ao antigo nome da cidade, Desterro. Mais realisticamente, não é difícil entender que a revolta não ocorria contra o presidente do passado, mas contra o de então: o alvo era Figueiredo, cujo nome também estava estampado na homenagem.

Quebrada, queimada junto com camisetas comemorativas da visita que foram arrancadas de alguns garotos, a placa terminou jogada na frente do palácio Cruz e Sousa. Um policial recolheu o que dela restava. Por via das dúvidas, nunca mais se falou em homenagens a Floriano Peixoto.

Até a metade da tarde, alguns focos isolados de revolta eclodiram. Recepcionistas - funcionárias públicas sumariamente requisitadas - foram agredidas por vestirem a camiseta do "João, o presidente da conciliação". Um ônibus foi sequestrado e "desviado" para o local onde Figueiredo saboreava uma churrascada. A Polícia Federal terminou por detê-lo pouco depois de ter atravessado a ponte. O clima que prevaleceu na cidade durante a segunda metade do dia, porém, foi o de feriado ou velório. Repartições e lojas fechadas - e quase ninguém nas ruas.



Cerca de três mil pessoas aguardavam o Presidente no almoxarifado da Celesc, em Falhoça, distante 20 quilômetros da Capital. Eram políticos arenistas de todo o Estado e alguns empresários, que haviam pago simbólicos Cr\$ 100,00 pelo chope, frescal, porco, filê e frutas que consumiriam. Trinta e dois churrasqueiros prepararam 3 200 quilos de carne. Mas a festa já estava estragada. Por mais que se esforçassem, o clima era de velório - e os acontecimentos da manhã dominavam todas as conversas.

Na entrada, Figueiredo voltou a conversar rapidamente com a imprensa, sempre tentando minimizar o episódio.

Repórter: "Presidente, como o senhor se sente agora, passado o tumulto?"

Figueiredo: "Que tumulto?"

Repórter: "O tumulto no centro da cidade".

Figueiredo: "Eu me sinto bem".

Repórter: "O senhor acredita que isso é uma insatisfação generalizada ou um fato isolado?"

Figueiredo: "Não era o povo que estava gritando. Eram, no máximo, cem estudantes, cem meninos gritando. O povo não estava gritando. Quantas pessoas havia ali, ao todo?"

Repórter: "Umás quatro mil".

Figueiredo: "E uns cem gritando. Aqueles cem representam a voz dos quatro mil?"

Repórter: "E qual é a imagem que o senhor leva de Santa Catarina?"

Figueiredo: "A mesma que sempre tive. O que aconteceu aqui existe em qualquer lugar. Contestadores, opositores, insatisfeitos sempre existem. Mas não é isso que vai fazer eu mudar de rumo não".

Alguns membros da comitiva presidencial contavam façanhas. César Cals dizia que "apanhar, não apanhei, mas bati bastante". Um coronel-aviador, Flávio Largura, que servia na subchefia de Aeronáutica do Gabinete Militar, não lamentava ter perdido suas medalhas, porque havia "dado muita porrada" e acertado um soco que, acreditava, deixou um manifestante caído no chão.

Nada disto, porém, escondia a tensão dos presentes - mais evidente ainda em Figueiredo e Bornhausen. Sem paletô (o Governador chegou a afrouxar o laço da gravata), sentados lado a lado, ambos não conseguiam esconder o desejo de que tudo terminasse logo. Neste churrasco, em frente à mesa repleta de frutas tropicais, Figueiredo fez seu único discurso de toda a visita: falou durante treze minutos, na maior parte do tempo se referindo aos incidentes.

"Desejo iniciar minhas palavras mais uma vez agradecendo a generosidade do povo de Santa Catarina, que me acolheu de maneira tão carinhosa e que muito me emocionou", começou Figueiredo, para repetir que estava convicto que,

nos tumultos, "não era a voz do povo desta terra que estava falando". Em seguida, o general explicou a diferença entre divergir ou protestar e passar à ofensa pessoal. "Ofensa pessoal que, por mais alto que seja o meu cargo, eu não admitirei. Não admitirei que os meus brios e minha honra sejam ofendidos".

Figueiredo citou versos de Cyrano de Bergerac que disse já haver citado em Caxias do Sul (RS), ainda durante sua "campanha" à Presidência, quando também fora ofendido: "Enfeitar-me não sei, nem dou para casquilho/Julgo estar muito bem não sendo peralvilho/O que não faço nunca/Fraco ou por inúria/E' sair sem lavar bem a recebida injúria (...) Se não trago a cintura esbelta num corpete/A vergonha ajustou a m'alma num colete/São meus feitos e ações as fitas que apresento/Qual bigode gentil, retorço meu talento/E faço por onde vou, tornando-as bem sonoras/As verdades vibrar como trim clins de esporas".

Segundo Figueiredo, "modéstia a parte eu diria que às vezes não sou elegante no falar e no vestir mas, tal como ele, somente no moral se vê minha elegância". Com os versos de Bergerac, o presidente encerrou a parte do discurso em que tratou do tumulto e passou à convencional enunciação de seu amor a Santa Catarina. Enfatizou a Sidersul, garantindo que "a partir de 1982 eu espero poder inverter os recursos necessários para que em fins de 1984 ou 85 este sonho dos catarinenses, que também é o sonho do Brasil, possa estar em plena execução". O sonho brasileiro acabou esquecido. A

empresa criada para integrar a iniciativa privada ao projeto Sidersul foi extinta, e a siderúrgica deixou de compor o "ideário" dos governantes catarinenses. O discurso foi encerrado com um apelo em favor do partido governista que substituiria a Arena após a reformulação partidária em curso. Figueiredo foi claro: os arenistas não deviam hesitar em cooptar emedebistas para a fundação do que seria o PDS.

Ao sair da churrascada, o que aconteceu em tempo recorde, o Presidente fez uma rápida visita à unidade produtora de biogás da Emater, situada perto. De lá, voltou rapidamente ao aeroporto Hercílio Luz, onde o esquema de segurança - já forte quando da chegada - havia sido reforçado. Depois da saída de Figueiredo, porém, ocorreram tumultos na almoxarifado da Celesc. Centenas de funcionários públicos entregaram os convites que haviam sido obrigados a comprar para moradores dos morros de Florianópolis. Esse pessoal chegou pouco após o Presidente ter ido embora. Então, ocorreram atos de vandalismo no local e novas agressões às recepcionistas uniformizadas.

No aeroporto, os agentes de segurança avisavam à imprensa que não haveria entrevistas. Mesmo assim, os repórteres furaram o bloqueio e se aproximaram do Presidente. O general foi breve: "O que eu tinha para dizer, já disse". O ministro César Cals atribuiu as manifestações a uma minoria "que queria provocar", expressão que foi repetida com pequenas variações por outros líderes governistas. Alguns, como o ministro Karlos Rischbieter,

apresentavam mais calma. Ele considerou a manifestação normal, "pois o processo de abertura não é burocrático", embora lhe desagradassem "as ofensas indiscriminadas". Outros, como o vice-governador Henrique Córdova, exaltavam-se mais. Para Córdova, os manifestantes "ultrapassaram os limites da civilização".

O governador Jorge Bornhausen concedeu coletiva após a decolagem do avião presidencial, que ocorreu antes das 15 horas. Parecendo aliviado, ele repetiu a tese da "minoría que não compreende a ordem democrática" e ressaltou que a visita trouxe "benefícios a todos os catarinenses" com a assinatura dos atos administrativos. E deu um recado muito claro: "Quem fez a manifestação assume a responsabilidade por seus atos".

Enquanto corria a churrascada e, depois, a despedida no aeroporto, outros setores do governo trabalhavam. A censura sobre a imprensa local - e nacional - chegou com rapidez, através de telefonemas a editores e diretores de empresas. O gesto obscuro do presidente na sacada do palácio, que oficialmente representava a "minoría" de manifestantes em oposição à "maioría" que aplaudia, foi ao ar uma única vez, no jornal de meio-dia da TV Catarinense, repetidora da Globo em Florianópolis. Já no jornal "Hoje" ele havia sido cortado. E a versão oficial da "minoría" foi incorporada pela maioria dos órgãos de imprensa.

Enquanto Figueiredo retornava a Brasília, a Polícia Federal iniciava seu trabalho. O movimento era grande nos laboratórios fotográficos do casarão onde funciona a PF de Florianópolis, no bairro residencial de Capoeiras. Centenas de chapas haviam sido batidas durante as manifestações; com a revelação e as ampliações, a PF iria procurar identificar os responsáveis pela manifestações.

Havia basicamente dois tipos de fotografia. Uma foram batidas da sacada do palácio Cruz e Sousa; eram grandes planos da multidão, vista do alto. Outras fotos foram feitas por agentes da Polícia Civil e da própria PF que estavam misturados no meio do povo. A maior parte das fotografias fora tirada na praça; no calçadão, talvez pelo grande tumulto, foram batidas poucas chapas.

Destas fotos a Polícia Federal fez ampliações gigantes, verdadeiros posters, nos quais podia ser identificado cada popular presente à praça XV - a mesma técnica que havia se tornado conhecida com o filme "Blow Up", de Antonioni. Os policiais terminaram escolhendo as pessoas que estavam em atitudes mais ostensivas para prender; por isso, alguns dos processados não eram exatamente grandes lideranças do movimento estudantil.

Além disso, a Polícia Federal requisitou os tapes das televisões e também os utilizou para identificar manifestantes. Nos tapes, bem como nas fotos, era fácil perceber que o protesto não se limitou a líderes estudantis. Neste sentido, o fato das prisões só terem recaído sobre o pessoal do DCE possui um conteúdo político. O governo federal, que foi quem determinou as punições, procurava demonstrar mais uma vez que a hostilidade ao presidente partiu de um pequeno grupo, a "minoría" radical universitária.

Esse era também o teor da nota oficial publicada pela Secretaria de Comunicação Social do Estado em todos os jornais do dia seguinte. "Tendo em vista as versões" que circulavam sobre o incidente, a Secom fixava a verdade oficial. Um grupo de 50 estudantes gritara as palavras de ordem, no meio de 8 mil pessoas que aplaudiam o presidente. "Não satisfeitos com o fato de estarem se manifestando livremente", passaram a proferir palavras. Como era de seu hábito, o Presidente fora para o meio do povo e, quando a comitiva presidencial se aproximou, "o referido grupo debandou".

No trajeto até o Ponto Chic, populares se acotovelavam para cumprimentar Figueiredo e "apresentar desculpas pelas manifestações". Na saída do café, o grupo de estudantes voltou. Populares e integrantes da comitiva "reagiram á agressividade", provocando novamente a dispersão dos agitadores. A nota assinala ainda que, no início das

manifestações, o Presidente determinou que "não houvessem reações".

Os estudantes, por seu lado, também tomavam as suas precauções. No início da tarde, pouco depois da reunião para verificação das "baixas" na sede do DCE, alguns deles se encontraram no bar Roma. Na época, o Roma era o principal ponto de encontro da boemia de esquerda em Florianópolis; era o local natural de convergência dos envolvidos na manifestação anti-presidencial.

Lá mesmo, no Roma, Adolfo Dias e Ligia Giovanella - presidente e vice do DCE - decidiram partir para Blumenau, passar alguns dias na casa do irmão de Ligia. Sérgio Giovanella era um dentista com destacada militância política no Estado e certamente não deixaria de dar guarida aos estudantes.

O fotógrafo Dario de Almeida Prado acompanhou Adolfo e Ligia na viagem. Eles saíram de Florianópolis ainda no começo daquela tarde; passaram nas suas casas só para pegar uma muda de roupa. Pouco depois deles terem deixado o Roma, outro grupo lá chegou para discutir a situação. Nele estavam os líderes estudantis Geraldo Barbosa, Carlos Hermenegildo e "Mosquito", o jornalista Elói Galótti Peixoto e o advogado Nelson Wedekin.

Ligia, Adolfo e Dario ficaram na casa de Sérgio Giovanella apenas um dia. Já no final da tarde de sábado foram para Rio do Sul, onde morava a mãe de Ligia. Nesta mesma tarde, cresciam em Florianópolis os indícios de que

poderiam ocorrer prisões. Durante uma visita à Colônia Penal do distrito de Canasvieiras, no interior da Ilha, o Governador declarou às rádios que irá punir os responsáveis pela manifestação.

De Rio do Sul, Dario, Lúcia e Adolfo acompanharam o noticiário de TV - e verificaram problemas na condução do DCE. A direção do movimento estudantil havia se reunido no Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos e aprovado uma nota à imprensa. Nela, o DCE assumia toda a responsabilidade pelos acontecimentos em Florianópolis. Ao tomarem conhecimento, pela TV, do conteúdo do documento, Lúcia e Adolfo vêem que ele poderia servir de justificativa para ações repressivas.

Imediatamente, ligaram para Marize Lippel, uma das diretoras do DCE que permanecia na Capital. A posição acertada então é um bocado diferente. Os estudantes não assumiam mais a responsabilidade pelas agressões, creditando-a à polícia. Marize ficou encarregada de passar esta nova posição para os órgãos de imprensa, mas era tarde: a partir daí, o DCE deixara de ter qualquer acesso aos meios de comunicação, principalmente a televisão.

As 7 horas da manhã de domingo, 2 de dezembro de 1979, o telefone tocou na residência de dona Josefina Giovanella, mãe de Ligia, em Rio do Sul. Ligia atendeu. Do outro lado da linha estava Marize Lippel, falando de Florianópolis.

- Eu estou sendo presa - disse Marize. - Aproveitei que a policia está revistando o meu quarto para avisar vocês.

Imediatamente, Ligia, Adolfo e Dario deixam Rio do Sul. Aquela hora, a única prisão de que tinham conhecimento era a de Marize; sabiam, porém, que não seria a última - e que eles o presidente e a vice do DCE estariam na lista. Na verdade, no exato momento em que Marize era presa, a policia entrava na casa de outros quatro líderes estudantis.

Rosângela Koerich, Amilton Alexandre - o "Mosquito" - e Newton Dias Vasconcelos Jr. foram acordados por agentes da Policia Federal. Geraldo Barbosa, que chegava de manhã de uma festa, encontrara-os á sua espera. Os policiais deram a Geraldo tempo para tomar um banho e o café da manhã. Ele também pode combinar que seu pai, o médico Waldemar Barbosa, seguisse o camburão até seu destino - no caso, a sede da PF.

Os presos passaram todo o dia respondendo a interrogatórios ou isolados em cubiculos na Policia Federal. Alguns souberam apenas no final da tarde quem eram seus colegas de prisão. Os interrogatórios foram agressivos e os

detidos passaram fome. À noite, foram transferidos. Os três rapazes ficaram numa casa na Penitenciária Estadual, que servia anteriormente para encontros de detentos casados; as goças ocuparam quartos no Hospital da Polícia Militar, sob a guarda de policiais civis.

Uma hora depois que Dario, Ligia e Adolfo saíram, a polícia chegou na casa de dona Josefina. Nesta altura, os três já estavam a caminho de Ascurra, um pequeno município da região, onde Sérgio Giovanella costumava pescar. Eles não escondiam o medo; afinal, as últimas prisões deste tipo haviam sido as da Operação Barriga Verde, em 1975. Nesta operação, dezenas de líderes opositoristas haviam sido presos e torturados - e naturalmente Dario, Adolfo e Ligia não tinham o menor interesse de passar pela mesma experiência.

Circulando em dois carros, eles passam o domingo em Ascurra. Através de telefones públicos, fazem contatos frequentes com dona Josefina e com o DCE. Também escutam o rádio do carro, em busca de notícias. Mas as informações são poucas e desencontradas. Sabe-se apenas que ocorreram várias prisões; ninguém sabe ao certo quantas já aconteceram e quantas outras estão programadas.

Os líderes estudantis que permaneciam soltos começaram a organizar a solidariedade aos detidos já no domingo. Reúniram-se na sede do DCE, entraram em contato com outras entidades, programaram um ato público. Sérgio Giovanella, de Blumenau, também participou da movimentação; ele manteve

contatos tanto com os foragidos quanto com o DCE e personalidades como o líder do MDB na Assemblêia Legislativa, deputado Francisco Kuster. Desta maneira, os fugitivos participaram da definição da realização do ato público pela libertação dos estudantes, marcado para terça-feira, dia 4.

Os fugitivos passaram a noite de domingo para segunda num camping em Ascurra. Já estavam decididos a mudar de pousada para a noite seguinte, temerosos de que, na terça-feira - nenhum jornal estadual circulava na segunda - suas fotografias saíssem publicadas e eles fossem reconhecidos.

Como estavam sem nenhum dinheiro, combinaram um encontro com Sérgio Giovanella para a manhã de segunda. Ele deveria ir ao banco buscar uma quantia e encontrar-se com os dois estudantes num horário determinado. Na hora marcada, Sérgio não apareceu. Alarmados com a possibilidade de uma nova prisão, Lígia, Dario e Adolfo seguiram sem dinheiro mesmo.

Fazem uma longa viagem até Lages. Como já tinham conhecimento de que haviam sido colocadas barreiras policiais nas estradas, foram por caminhos vicinais, estradinhas de terra. Às 3 horas da madrugada de segunda para terça, batem na casa da suplente de senadora do MDB Maria Shirley Donato.

Ela se assustou ao vê-los. "Toda a policia anda atrás de vocês", diz Shirley. Os estudantes concordam - e pedem

auxílio e pousada. Maria Shirley chamou o prefeito de Lages, Dirceu Carneiro, que chegou em pouco tempo, acompanhado por seu assessor de imprensa, Wilson Chaves. Terminam por decidir alojar Adolfo e Ligia no sítio de Chaves, no interior do município. Dario, cujo automóvel poderia ser reconhecido, volta a Florianópolis naquela madrugada mesmo.

Dirceu havia recém chegado de Florianópolis e tinha informações sobre a movimentação na Capital. Os presos eram efetivamente cinco, e os outros mandados de prisão eram contra Adolfo Dias e Ligia Giovanella. A preparação do ato estava feita; a distribuição das notas à população começara no final da tarde de segunda, e a receptividade mostrava-se boa.

Mas era de se esperar problemas. O maior deles era o de infraestrutura. A organização do ato não conseguira levantar fundos para, por exemplo, alugar um equipamento de som para a manifestação. A principal dificuldade, porém, estava no local para a realização do protesto.

A nota à população convocava o ato para o calçadão da rua Felipe Schmidt. O secretário da Segurança Pública, coronel Ari Oliveira, não aceitava a realização de uma concentração neste local. Os organizadores propuseram, então, o largo da Catedral, na praça XV. Mas o secretário não queria liberar nenhum lugar na zona central da cidade - e algum outro local certamente não conviria para o DCE.

O então presidente regional do MDB, deputado federal Pedro Ivo Campos, e o senador Jaison Barreto serviram de

mediadores da negociação. Suas gestões, no entanto, resultaram infrutíferas. Era isso o que passava a preocupar os organizadores do ato. De um lado, a manifestação teria que se realizar, e numa área central. Era o momento de mostrar força, como forma até de garantir a integridade física dos estudantes presos.

Por outro lado, a repressão ao ato se anunciava. O Governo do Estado estava sendo pressionado pelo Planalto e precisava mostrar firmeza, para não dizer dureza, no trato com o DCE. Quando o coronel Ari Oliveira dizia que não queria manifestação no centro da cidade ele efetivamente não estava disposto a permiti-las - e a direção do movimento temia as consequências de um confronto com a PM.

Esse foi o quadro que o prefeito Dirceu Carneiro passou para Adolfo e Ligia naquela madrugada. Mas pelo menos os dois principais dirigentes do DCE estavam, por enquanto, a salvo, entricheirados num sítio do interior de Lages e guardados por vários pastores alemães.

Para o ato público pela liberação dos cinco estudantes presos o DCE conseguiu o apoio de dezenas de entidades. Assinam a nota à população a recém-criada UNE, os diretórios acadêmicos dos centros de estudos básicos, educação, ciências agrárias, ciências da saúde, tecnológico e sócio-econômico, o CA Livre de Arquitetura, o movimento pró-PT, o MDB, o Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Justiça e Paz, a Pastoral da Juventude, a Associação dos Professores da UFSC, o DCE-USP, a Associação Catarinense de Estudos e Pesquisas (entidade vinculada ao extinto Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP) e até a Associação pela Qualidade Ambiental da Região de Florianópolis - além, naturalmente, do DCE-UFSC.

A "Nota à população", distribuída apenas no final de segunda-feira e na terça, dizia o seguinte:

"Quando da vinda do General Figueiredo, a população presente à recepção, indignada com todos esses anos de exploração, manifestou-se contra os baixos salários, a alta do custo de vida, os aumentos exorbitantes da gasolina e da energia elétrica.

"Diante disto, o Governo do Estado e a comitiva presidencial, que gastou milhares de cruzeiros com um churrasco, bebidas, maquiagem de recepcionistas e outras mordomias para organizar a recepção, passou a agredir os manifestantes.

"Agora, notas oficiais tentam dar uma nova versão ao acontecimento. Velhas acusações que não enganam mais, tais como 'inexpressiva minoria' de baderneiros e irresponsáveis.

"Não bastasse isso, órgãos de segurança do Estado prenderam estudantes, colocando-os responsáveis pelas manifestações ocorridas.

"Estes estudantes estão sendo acusados de injúria a 'autoridade constituída', ameaçados de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional podendo serem condenados de 1 a 4 anos de prisão.

"Solidárias com a insatisfação popular e não concordando com mais essa atitude arbitrária do governo, as entidades abaixo indicadas reuniram-se em assembléia geral, onde deliberaram:

"Convocar um ato público de protesto contra as atuais condições de vida da maioria da população e para exigir a imediata libertação dos estudantes presos.

"PELA LIBERDADE IMEDIATA DOS COMPANHEIROS PRESOS

"PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZACAO

"CHEGA DE SOFRER, O POVO QUER COMER!"

Vinha abaixo a lista das entidades e a convocatória:

"Todos ao ato público, terça-feira às 18 horas no calçadão".

A repressão foi anunciada imediatamente. Na manhã da terça, a Secretaria de Segurança e Informações soltou nota oficial, garantindo que iria "impedir que haja qualquer espécie de manifestação nas vias centrais, pelos riscos que ela ocasiona à população". Bornhausen reforçou pessoalmente a mensagem. Reuniu-se com o primeiro escalão de seu governo para depois anunciar: "Aqui (no centro), a manifestação não se realizará". O governador disse que assumia integralmente a responsabilidade pela "manutenção da ordem pública" e lamentou a intransigência dos organizadores do ato. "Tentamos o diálogo, propusemos locais alternativos. Nada foi aceito", queixou-se.

As 15 horas e 15 minutos, o governo fazia sua primeira demonstração de força: quatro caminhões da PM, repletos de soldados, desfilaram pela praça com suas sirenas ligadas. Da cadeia, os três estudantes presos podiam acompanhar a

movimentação de tropas, especialmente a cavalaria. No DCE chegou-se a discutir a possibilidade de alterar o local da manifestação. Decidiu-se que não. Por um lado, os estudantes não gostariam de demonstrar pusilanimidade frente ao governo. Por outro, a convocação já estava pronta - e uma faixa já fora colada nos muros da catedral, com os dizeres: "O medo é deles, não é nosso".

Numa tentativa frustrada de esvaziar o protesto, o governo do Estado liberou seus funcionários mais cedo naquela tarde. Contavam com que fossem todos para casa, deixando a cidade sem movimento. Pelo contrário, os servidores públicos começaram a se concentrar no centro e engrossaram a manifestação.

Cerca de 3 mil pessoas reuniam-se em frente à Catedral, pouco antes das 18 horas. Sem aparelhagem de som, os discursos eram repetidos em coro pelos que estavam mais perto do palanque. Falava o terceiro orador, o líder do MDB na Assembleia Legislativa, deputado Francisco Kuster, quando pelas ruas laterais à praça XV chegaram dois contingentes de 21 soldados da PM. Pararam bem ao lado das escadarias da Matriz. Uma parte do público iniciou a debandada, enquanto os líderes pediam - e o coro repetia - "calma, calma".

O público se acalmou. Mas logo chegaram outros contingentes da PM, desta vez bastante mais numerosos. Armados de cassetetes e fuzis com baionetas, desceram pelas ruas laterais e marcharam sobre a praça. O compasso das botas batendo sobre o asfalto ressoava forte, enquanto os

manifestantes iam se vendo cercados. Começaram a cantar o Hino Nacional, mas isso de nada ajudou. A policia foi empurrando a multidão, distribuindo golpes de cassetete sempre que necessário. Um dos que foi brindado com esses golpes foi o deputado Kuster, que enfrentou corajamente as tropas e sentiu na carne a fragilidade de seu escudo parlamentar. Das sacadas do palácio Cruz e Souza, o secretário da Segurança Pública, coronel Ari Oliveira, observava o conflito.

As 18 horas, a praça estava tomada pela PM. Os manifestantes dispersados juntaram-se a outros populares e pequenas manifestações nas ruas centrais eclodiram. Já durante o cerco policial, alguns populares que o assistiam gritaram "vergonha, vergonha" e ajudaram a entoar o Hino Nacional. Na rua Arcipreste Paiva, lateral à Catedral, para onde fora empurrada boa parte dos manifestantes, o povo gritava para a PM slogans do tipo "O povo unido jamais será vencido".

A cavalaria interveio neste momento. Vinte e um cavaleiros tomaram a praça, que já estava integralmente controlada pela PM. A tropa montada foi recebida com vaias, enquanto do alto dos prédios objetos eram jogados sobre eles. Nas ruas de acesso à praça XV, o povo vaiava e gritava inúteis palavras de ordem tentando atrair os soldados para seu lado. "Ado, ado, ado, soldado é explorado", berravam os manifestantes que, nessa altura, eram cerca de três mil e praticamente cercavam a praça tomada pela PM. Em cada rua de

acesso formavam-se pequenos atos, com 300 ou 400 pessoas, que a policia tentava em vão reprimir. Um destes grupos inclusive agrediu um fotografo do "Jornal da República", imaginando que ele fosse agente da Policia Civil. O repórter e seu equipamentos foram salvos por um conhecido que desfez o equívoco.

Seis pessoas foram detidas na praça. Os estudantes Aristides Umbelino da Costa, Jorge Luiz, Paulo Sérgio Miguel, Francisco Muller e Márcio Reito e a "não-estudante" Carla Alvez foram levados para a delegacia do DOPS, onde prestaram depoimento. Graças à intervenção do deputado estadual Murilo Canto, foram liberados no final da noite. Outros 14 manifestantes foram feridos e transportados até o Hospital de Caridade.

A organização resolveu então transferir o ato para a praça da Bandeira, hoje praça Tancredo Neves, situada na frente da Assembleia Legislativa e um pouco mais afastada da zona central da cidade. Um caminhão improvisou o palanque. Entre mil e duas mil pessoas assistiram a este ato, onde - da mesma forma que nas escadarias da catedral - os discursos eram repetidos em coro. A mais aplaudida foi Josefina Giovanella, mãe de Lúcia, a vice-presidente do DCE que permanecia escondida. "Eu prometo a vocês que se vocês souberem reivindicar seus direitos, os direitos de cada um, nós vamos ser gente", dizia dona Josefina com seu carregado sotaque italiano. Emocionada, ela lembrou seu filho Sérgio, sequestrado e torturado em 1975, durante a operação Barriga

Verde, quando "não teve em Santa Catarina uma voz a favor dele". O povo respondeu: "Agora tem, agora tem".

Quando a mãe de Ligia encerrou seu discurso, um popular subiu ao palanque e, sob aplausos, criticou as "mordomias" e incitou o povo a "mudar esse governo". Foi intensamente aplaudido. Antes de falar o último orador, o presidente da UNE Ruy Costa e Silva, o Hino Nacional foi novamente cantado.

Costa e Silva centrou seu discurso na explicação de que "agressão e baderna" não era o que fizeram os estudantes, como alegava o governo, mas "entregar o país aos estrangeiros, colocar os trabalhadores na miséria" e "colocar cães e policiais nas ruas para reprimir o povo". Ele disse que só não pedia o enquadramento de Figueiredo na LBN porque "ele e sua lei são produtos do mesmo arbitrio". Com aplausos e gritos de "a luta continua", o ato foi encerrado. Contra a vontade das lideranças, a maior parte da pequena multidão ainda se deslocou para o centro da cidade, onde voltaram a ocorrer choques com a polícia.

De Lages, Adolfo e Ligia acompanharam o tumulto pela televisão. Primeiro, viram a notícia da audiência que o Presidente concedera à bancada da Arena catarinense. Os parlamentares, acompanhados pelo vice-governador Henrique Córdova, foram prestar solidariedade a Figueiredo. Na ocasião, o Presidente disse entender a ausência dos emedebistas como "um sinal de solidariedade aos manifestantes".

A recepção das imagens era péssima no local onde estavam; em determinada altura, perdeu-se o som. Num silêncio total, em preto e branco, a TV mostrou as cenas da polícia batendo no povo nas escadarias da Catedral - e Adolfo não resistiu à comparação com a cena da escadaria do "Couraçado Potemkin".

"Morreu gente?", perguntaram-se Adolfo e Lígia. Nada tinham podido escutar da reportagem, e as cenas mostradas na televisão eram de grande violência. Os dois passaram então a analisar a ideia de sair do país e, com a ajuda do anfitrião Wilson Chaves, chegaram a elaborar um plano de fuga, pelo caminho dos ladrões de gado de Lages.

Os novos conflitos com a polícia aumentaram o clima de tensão na cidade. A direita logo mostrou sua face não oficial. Um determinado "Comitê Brasileiro pelas Vítimas do Terrorismo" lançou uma nota, distribuída nas ruas, onde esclarecia "os lamentáveis acontecimentos ocorridos por ocasião da visita do Exmo. Sr. Presidente da República" a Florianópolis. Segundo o Comitê, "uma minoria de conhecidos agitadores insuflaram alguns estudantes à prática de atos repudiáveis, aproveitando-se, inclusive, da inocência de crianças de 10 a 12 anos, conforme se evidencia das fotografias publicadas na imprensa".

O comando destes agitadores é dado a "um político a serviço de ideologias espúrias, o qual propôs, até mesmo, a mudança do nome de nossa capital, de Florianópolis para Desterro, com a manifesta intenção de ofender a dignidade de nosso povo". Esse político não era ninguém mais do que o vereador Içuriti Pereira, um ex-ascensorista que se elegera pelo MDB e que jamais possuiu a menor vocação para ser um "radical". A nota lamenta ainda o fato dos acontecimentos "denegrirem a boa imagem de nossa cidade e do nosso povo no conceito nacional", quando se sabe que "os insufladores do movimento eram elementos estranhos ao nosso povo": "conhecidos agitadores", vindos de outros estados, que,

"pela sua experiência neste tipo de ação, saíram ileso, enquanto nossos estudantes estão pagando".

O "Comitê" encerra com a certeza de que "esse tipo de comportamento não se identifica com as tradições de hospitalidade de povo de Santa Catarina" e com uma quádruple palavra de ordem:

"PELA DEFESA DAS TRADIÇÕES DE SANTA CATARINA.
"PELO 'DESTERRO' DOS AGITADORES QUE PERTURBAM A NOSSA PAZ.
"PELA PRESERVAÇÃO DO RESPEITO E DA AUTORIDADE.
"PELA PUNIÇÃO AOS BADERNEIROS E AGITADORES".

A provocação veio sob a forma de uma nota apócrifa, procurando identificar os estudantes e as manifestações com o PCB, e uma pichação de foices e martelos nas paredes da sede do DCE.

A boataria também era grande. Uma das notícias que circulou com mais força foi a de que um motorista de táxi, responsável pela agressão ao ministro César Cals, teria desaparecido. Fora provavelmente levado para Curitiba, onde estaria em poder do Exército. Thaís Lippel, irmã de Marize e estudante de Medicina, visitou todos os pontos de táxi da cidade - e não tomou notícia da falta de nenhum taxista. Isto não bastou para dar fim ao boato, que persiste até hoje.

De Lages, Adolfo e Lígia acompanhavam como podiam os acontecimentos. A idéia de fugir do Brasil não resistiu à leitura dos jornais de quarta-feira, dia 5, onde se mostrava que o rescaldo do ato público não fora tão grave quanto parecera. Convocado por Maria Shirley, o deputado Kuster

subiu a Lages neste mesmo dia, acompanhado pelo advogado Nelson Wedekin. Protegidos pelo carro preto de líder de bancada parlamentar, os dois passaram por várias barreiras nas estradas. A PM ainda não se conformara de estar perdendo para dois estudantes.

De Lages, Kuster e Wedekin negociaram a rendição de Ligia e Adolfo. As condições foram colocadas para o governador Jorge Bornhausen e para o comando da V Região Militar: prisão especial, visitas diárias de médico e advogado e detenção por um período não superior ao prazo inicial da Lei de Segurança Nacional, que são oito dias. Além deste prazo, a LSN prevê a possibilidade de duas prorrogações de 30 dias cada uma.

As autoridades tinham o máximo interesse em prender os estudantes - cada dia passado, a desmoralização era maior - e aceitaram as condições sem maiores dificuldades. Na tarde da mesma quarta-feira, Ligia e Adolfo vão a Florianópolis, no carro oficial e acompanhados por Kuster. Não são molestados pelas barreiras policiais.

Imediatamente ao chegarem, por volta das 20 horas, dirigem-se à Assembléia Legislativa e convocam uma entrevista coletiva. Nela, mostram as condições físicas em que vão se entregar, explicam que perderam o controle do movimento e creditam as ofensas a Figueiredo a populares e "grupos de extrema-direita que pretendem dar um golpe e instalar um regime mais autoritário que esse aí". Ao mesmo

tempo, forjam a versão oficial do desaparecimento: estavam em São Paulo.

Eles pernoitam na casa de Kuster que, além de ser protegida pela presença do parlamentar, fica próxima ao prédio da Polícia Federal. Entregam-se na manhã de quinta-feira, dia 6 de dezembro. Os policiais mostram-se claramente irritados com o fato de não terem conseguido prender os dois estudantes; por isso, o tratamento é às vezes grosseiro.

De qualquer maneira, nenhum dos dois foi tocado. Há pressão psicológica, fome e uma bateria de interrogatórios. O objetivo da PF é só um - provar vinculações com partidos clandestinos, colocar o protesto de 30 de novembro como coisa organizada por agitadores esquerdistas. À noite, Lígia é levada para junto das outras presas, no Hospital Militar; Adolfo é reunido com os três estudantes que estão na Penitenciária e usufrui do clima de quase camaradagem com os carcereiros que os detidos há mais tempo haviam criado.

A incomunicabilidade era apenas externa: durante o dia, as portas das celas da casa onde estavam ficavam abertas. Eles tinham acesso a jornais e, por vezes, até a um rádio. As visitas do advogado - em geral, Nelson Wedekin - e do médico - o pai de um dos presos, Geraldo Barbosa - eram diárias. Por sua vez, os estudantes davam aulas para os carcereiros, vários dos quais iriam prestar exame supletivo.

O momento de maior perigo para os presos, na verdade, vinha sendo o transporte entre a cadeia pública e a sede da

PF, onde eram prestados os depoimentos. Cada estudante ia numa veraneio, ladeado por sete policiais que portavam metralhadoras. Outros vigiavam as ruas por onde passava o camburão, numa verdadeira operação de guerra. De tempo em tempo, um policial informava pelo rádio: "Alô, central, tudo calmo. Os elementos estão sob controle". O pior, porém, era um dos motoristas. O "tarado", como era chamado pelos estudantes, atravessava a avenida Beira Mar a 150 km por hora, com a sirene ligada e ignorando os outros veículos - e o preso chegava à PF branco de susto.

Já na sexta-feira, 7 de dezembro, a Comissão Permanente de Defesa dos Companheiros Presos, que reunia as entidades solidárias ao DCE, marcou uma nova manifestação em prol da libertação dos estudantes: um culto ecumênico, a ser realizado na tarde do dia 10 de dezembro, segunda-feira. Para a mesma data foi marcada a entrega, ao governador, do abaixo-assinado pela libertação dos estudantes. Milhares de assinaturas já haviam sido recolhidas em todo o Estado.

Antes do culto ocorreram ainda duas pequenas atividades. No sábado, houve uma apresentação de boi-de-mamão; no domingo, um show com grupos locais na frente do DCE. Mas a preocupação estava voltada para a segunda-feira: a PM iria reprimir uma cerimônia religiosa?

No início da tarde, representantes da Comissão Permanente encontraram-se com o governador Jorge Bornhausen. Entregaram-lhe o abaixo-assinado, com cerca de 20 mil assinaturas, pedindo a libertação dos estudantes e o seu não

enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Bornhausen garantiu que a iniciativa das prisões e da abertura de inquérito não partira do governo estadual.

O governador fez uma breve ligação telefônica e retornou com a notícia de que a libertação dos presos começaria já na quarta-feira, dia 12, com a soltura de Newton Vasconcelos, Amilton Alexandre, Rosângela Koerich, Geraldo Barbosa e Marize Lippel. Adolfo e Lígia seriam soltos um dia depois.

Ele garantiu também que não haveria repressão ao culto ecumênico, mas pediu sua transferência para o dia seguinte. Os organizadores não aceitaram o pedido, alegando que a data fora decidida em assembléia geral e eles não tinham competência para alterá-la. A conversa com Bornhausen chegou também à repressão ao ato público. Os estudantes reclamaram o desaparecimento de uma bandeira da UNE, hasteada no mastro da Catedral. A bandeira fora reclamada em vários lugares (PM, DOPS etc.) e ninguém a devolvera.

Bornhausen disse desconhecer o fato, mas um estudante mostrou-lhe uma sequência de fotografias na qual um soldado da PM aparecia recolhendo a bandeira. Por fim, o governador lamentou a violência policial no dia do protesto, embora assumisse a responsabilidade junto com a Secretaria de Segurança Pública. Para ele, os organizadores deveriam ter aceitado transferir o local da manifestação.

O culto ecumênico começou pouco depois da reunião com Jorge Bornhausen. Mais de mil pessoas reuniram-se para

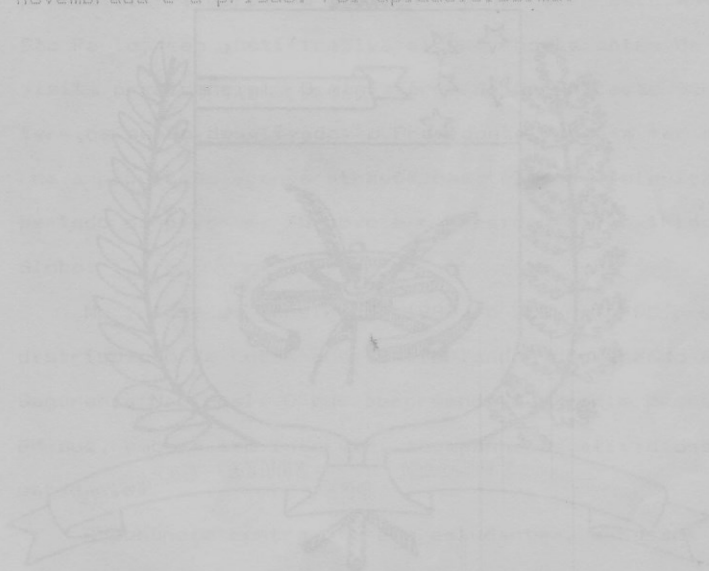
assistir à cerimônia religiosa na praça da Bandeira. Na abertura, a multidão cantou "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré; depois, entocou-se "A bandeira do Divino", de Ivan Lins. Só em seguida iniciou-se o ofício, presidido pelo arcebispo metropolitano dom Afonso Niehues, acompanhado pelo pastor luterano de Lontras, Ulrico Sperb.

"Livrai-nos, Senhor, da Lei de Segurança Nacional e do medo, colocado em nós pelos ditadores", orava a pequena multidão. No meio do culto, falavam representantes das entidades organizadoras - DCE, UNE, APUFSC, mães dos presos. No final, um dos celebrantes pregava: "Estamos agora mais próximos da libertação. Libertação quer dizer vitória, vitória sobre a perseguição, sobre a opressão, sobre o sofrimento, sobre a injustiça, sobre a tortura, sobre a morte. Libertação de qualquer forma de escravidão: analfabetismo, miséria, fome. A libertação que Jesus Cristo nos trouxe com sua ressurreição nos dá o direito de exigir, de lutar pelo que é nosso".

O culto ecumênico foi realizado em calma, sem qualquer intervenção da polícia. No dia seguinte, antes até da promessa de Bornhausen, foram liberados os cinco primeiros estudantes. Na prisão masculina, "Mosquito", Newton e Geraldo chegaram inclusive a ensaiar uma recusa à libertação enquanto Adolfo não fosse solto também. Por interferência do próprio Adolfo, esse protesto terminou por não ocorrer. O presidente do DCE e Ligia Giovanella foram libertados dois

dias depois. No dia 15, Ligia comparecia á sua formatura, pelo curso de Medicina da UFSC.

A formatura representou um novo ato politico de solidariedade aos estudantes. A Assemblèia Legislativa ficou inteiramente lotada; Ligia, que era a oradora de sua turma, fez um discurso emocionado enfocando, naturalmente, a novembrada e a prisão. Foi aplaudidissima.



A primeira consequência do 30 de novembro de 1979 foi o fim da política do cafezinho. Já no dia 6 de dezembro são presos oito líderes do movimento sindical e estudantil em São Paulo, sem justificativa alguma, horas antes de uma visita presidencial. O ministério da Comunicação Social termina sendo desativado; o Presidente passa a ter contato com a população apenas através das telas de televisão. É o período do programa "O povo e o presidente", exibido pela TV Globo.

No início de janeiro de 1980, o DCE da UFSC promove uma distribuição de notas aos vestibulandos condenando a Lei de Segurança Nacional. O que surpreende é a forte presença da PM que, embora sem intervir, acompanha as atividades dos estudantes.

A denúncia contra os sete estudantes, embasada na LSN, é acolhida no dia 11 de março pelo juiz Carlos Augusto Moraes Rego, da 5a. Circunscrição da Justiça Militar, em Curitiba. A partir daí efetivamente começa a mobilização pelo não enquadramento - apesar de algumas tendências do movimento estudantil acharem que a bandeira deveria ser mais geral, contra a Lei de Segurança.

Uma greve de solidariedade paralisa a UFSC no dia 24 de março. Neste mesmo dia, a Assembleia Legislativa de Santa

Catarina aprova por unanimidade um pedido de não enquadramento dos sete estudantes. Três dias depois é a vez do Conselho Universitário solidarizar-se com Adolfo, Lígia, Rosângela, Marize, "Mosquito", Newton e Geraldo.

A UNE colabora na campanha; entre outras coisas, todos os Conselhos Nacionais de Entidades Gerais (Coneg's) passam a se realizar na região Sul, principalmente em Florianópolis. São feitas camisetas e cartazes para arrecadar fundos para o comitê pelo não enquadramento; ocorrem shows na UFSC em favor dos estudantes.

Nada disso é suficiente, porém, para evitar a derrota do grupo "Unidade" nas eleições para o DCE em 1980. A chapa, presidida pelo estudante de Direito Luiz Carlos Cancellier de Olivo, fez sua campanha toda centrada na luta contra a LSN. Terminou perdendo, por menos de 20 votos de diferença, para a então chamada "direita" estudantil. Mas Adolfo Dias, pouco depois, elegeu-se presidente da União Catarinense de Estudantes, no congresso de reconstrução da entidade.

O julgamento foi marcado para fevereiro de 1981. Das sete testemunhas de acusação apenas uma - o jornalista Carlos Damião Werner Martins - era civil, e mesmo esse estava disposto a fazer, perante o tribunal, um depoimento que auxiliasse os estudantes. Um grupo de juristas importantes encarregava-se da defesa.

No dia 13 de fevereiro de 1981, o PT, PDT e PF organizaram um julgamento popular da LSN, na praça XV. Os petistas chegaram a trazer para Florianópolis o ex-líder da

luta armada Apolônio de Carvalho, para participar do júri. O julgamento foi violentamente reprimido. Ocorreram conflitos entre os manifestantes e a polícia, que atravessaram todo o calçadão da rua Felipe Schmidt e foram desembocar no terminal de ônibus urbano. Lá, um transeunte - um argentino radicado na ilha, que nada tinha a ver com o protesto - terminou baleado na perna. Outras doze pessoas foram presas. O policial autor do disparo foi considerado desequilibrado mental e não sofreu processo.

Um dia depois, o promotor militar Bertino Ramos pedia o enquadramento na LSN de duas entre os sete acusados - Rosângela Koerich e Lígia Giovanella. Contra elas pesavam as principais acusações, de policiais que julgavam tê-las visto agredindo verbalmente o Presidente.

O julgamento terminou ocorrendo no dia 17 de fevereiro. No dia anterior, houve em Curitiba um grande ato público pelo não enquadramento, com a presença dos senadores peemedebistas José Richa, Franco Montoro e Jaison Barreto. Havia muita expectativa quanto ao veredicto, principalmente porque o júri era composto em sistema de rodízio e os oficiais que haviam ouvido os depoimentos não seriam necessariamente os que julgariam. Especulava-se, também, se o ato público do dia anterior influiria positiva ou negativamente. No final, o resultado: por três votos contra dois, os estudantes foram absolvidos.

O presidente Figueiredo voltou a Santa Catarina por três vezes antes de terminar seu mandato. Esteve em S.

Joaquim, na Festa da Maçã; esteve em Tubarão, inaugurando mais uma unidade da usina termoelétrica Jorge Lacerda. E esteve em Florianópolis, em 1982, na campanha de Esperidião Amin ao governo do Estado.

A fase do oba-oba de seu governo já tinha passado; não era momento para grandes recepções nem para cafézinhos. Mas em nenhuma das visitas a segurança se descuidou. Adolfo era candidato a vereador pelo PMDB em 1982. Poucos dias antes da visita de Figueiredo, homens armados - presumivelmente agentes da Polícia Federal - destruíram o varal de fotos e recortes sobre a novembrada que ele exibia no calçadão da Felipe Schmidt como parte de sua campanha. Ele e "Mosquito" também receberam recados, não muito sutis, de que seria conveniente que se ausentassem da cidade durante o período de permanência nela do Presidente da República. A sugestão foi seguida.

Os incidentes de novembro de 1979 parecem esquecidos na cidade. É verdade que um candidato a vereador do PT às eleições de 1988, o professor Valmir Martins, utilizou-os em sua campanha, auto-intitulando-se "articulador da novembrada". O presidente José Sarney, por sua vez, na única ocasião em que esteve em Florianópolis durante o seu mandato não tirou os pés do aeroporto. E o senador Jorge Bornhausen, quando ainda estava no ministério da Educação, confessou a um repórter qual havia sido o pior momento de sua carreira política: 30 de novembro de 1979.

Este trabalho só foi possível graças à boa vontade de quem cedeu arquivos pessoais e concedeu entrevistas. Mesmo sob pena de deixar de lado algum nome, não posso deixar de citar Adolfo Luiz Dias, Amilton Alexandre (Mosquito), Carlos Damião, Geraldo Barbosa, Iara Regina Martins, Jair Francisco Hamms e Luiz Carlos Cancellier de Olivo. O acesso ao processador de texto do Curso de Comunicação Social, gentilmente cedido pelo prof. Henrique Finco, tornou bastante menos árdua a elaboração deste trabalho.

Os periódicos publicados na época foram de grande valia; entre as principais fontes de consulta, é necessário citar os jornais "Afinal", "O Estado", "O Estado de S. Paulo", "Folha da Manhã", "Jornal da República", "Jornal de Santa Catarina", "Jornal do Brasil", "Folha de S. Paulo" e "Zero Hora"; as revistas "Isto É" e "Veja".

Cabe mencionar algumas das dificuldades encontradas para a execução desta reportagem. A primeira delas foi a resistência das fontes oficiais em falar sobre a questão. Dois exemplos: o ex-governador, hoje senador Jorge Bornhausen, e o ex-ministro Said Farhat. Ambos foram contactados - mas terminaram não dando seus depoimentos. A segunda dificuldade diz respeito à sustentação financeira. Cinco dos sete estudantes presos e outros protagonistas

importantes do episódio - como o próprio ex-presidente João Figueiredo - não residem em Florianópolis, e deslocamentos a outras cidades e Estados ficaram inviabilizados.

Menção especial deve ser feita à minha orientadora, profa. Sônia Maluf, a Eglê e Salim Miguel e a Regina Dalcastagne, pelas preciosas críticas e sugestões.

É desnecessário dizer que sou o único responsável por todos os erros e falhas deste trabalho.

L. F. M.